



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD
(Art. 12, Art. 72, Lei 14.133/2021)

1. INFORMAÇÕES DO SETOR REQUISITANTE

SETOR REQUISITANTE: Tecnologia da Informação

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Maurício Honda Tannouri

MATRÍCULA: 11551-1 **E-MAIL:** ti@aesga.edu.br

Assinatura

Maurício Honda Tannouri
Diretor de TI
Matrícula 918-3

2. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO E FISCALIZAÇÃO

RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO: Maurício Honda Tannouri

MATRÍCULA: 11551-1 **E-MAIL:** ti@aesga.edu.br

GESTORA DO CONTRATO: Rosicleide Fernandes de Barros Ramos

MATRÍCULA: 50-1 **E-MAIL:** contratos@aesga.edu.br

FISCAL DO CONTRATO: Geovânio José da Silva

MATRÍCULA: 11545-1 **E-MAIL:** ti@aesga.edu.br

3. INFORMAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

() AQUISIÇÃO	PRIORIDADE:	ALTA (X)
(X) SERVIÇOS		MÉDIA ()
() OBRAS/REFORMA		BAIXA ()
() OUTRO _____		

4. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Prestação de serviço de emissão de certificação digital de forma parcelada, com todas as funcionalidades pertinentes à natureza das atividades, com garantia e suporte técnico durante toda a validade do certificado, bem como garantia das Autoridades Certificadoras, para atendimento das demandas e cumprimento das obrigações acessórias, conforme a necessidade

Carvalho



da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A certificação digital do tipo e-CPF A1 e A3, e, e-CNPJ A1 e A3, é essencial para garantir a segurança, autenticidade e conformidade legal nas transações eletrônicas realizadas pela empresa. Abaixo estão os principais motivos que justificam essa necessidade:

1. Segurança da Informação:

- Os certificados digitais A3 e A1 fornecem um alto nível de criptografia, garantindo que as transações eletrônicas sejam realizadas de forma segura e confidencial.
- A armazenagem do certificado A3 em um dispositivo físico, como um token ou smartcard, aumenta a segurança contra fraudes e acessos não autorizados.

2. Autenticidade e Integridade:

- Com o uso de certificados digitais, é possível assegurar a autenticidade e integridade dos documentos assinados digitalmente, evitando falsificações e adulterações.
- A assinatura digital possui validade jurídica, sendo equivalente à assinatura manuscrita, o que é fundamental em contratos e documentos oficiais.

3. Conformidade Legal e Regulamentar:

- A utilização de certificados digitais está em conformidade com a legislação brasileira, como a Medida Provisória nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- O certificado digital é uma exigência para diversos serviços públicos e privados, como o acesso ao eSocial, SPED Fiscal e Contábil, e emissão de notas fiscais eletrônicas (NF-e).

4. Eficiência Operacional:

- A implementação de certificados digitais melhora a eficiência operacional, permitindo a automação de processos e a redução do tempo gasto com assinaturas físicas e envio de documentos.
- A digitalização de processos reduz o uso de papel, contribuindo para práticas mais sustentáveis e econômicas.

5. Facilidade de Acesso e Uso:

Handwritten signature: J. Camello



- O certificado A1, por ser armazenado em formato digital, oferece maior praticidade no seu uso diário, podendo ser facilmente instalado em múltiplos dispositivos e utilizado em qualquer lugar.
- O certificado A3, com validade de até 5 anos, reduz a necessidade de renovações frequentes, proporcionando continuidade e segurança nas operações de longo prazo.

Esses pontos destacam a importância e a necessidade da contratação dos certificados digitais e-CPF A1 e A3 e e-CNPJ A1 e A3 para garantir a segurança, eficiência e conformidade das atividades eletrônicas da Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns - AESGA.

6. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS

Objetivos para Pessoas Físicas (e-CPF A1 e A3)

1. Segurança nas Transações:

- Garantir a segurança e a confidencialidade das informações pessoais em transações eletrônicas.

2. Assinatura Digital:

- Permitir a assinatura digital de documentos com validade jurídica, facilitando processos que exigem autenticação.

3. Facilidade de Acesso:

- Acessar serviços governamentais online, como Receita Federal, com maior segurança e praticidade.

4. Redução de Fraudes:

- Proteger contra fraudes e acessos não autorizados a contas e sistemas.

5. Eficiência Operacional:

- Reduzir a necessidade de assinaturas manuscritas e envio de documentos físicos, economizando tempo e recursos.

Objetivos para Pessoas Jurídicas (e-CNPJ A1 e A3)

1. Conformidade Legal:

- Cumprir requisitos legais e regulatórios para a emissão de notas fiscais eletrônicas (NF-e), SPED Fiscal, eSocial, entre outros.

Assinatura



2. Segurança nas Operações Empresariais:

- Assegurar a integridade e autenticidade dos documentos empresariais e contratos eletrônicos.

3. Automatização de Processos:

- Facilitar a automação de processos contábeis e financeiros, aumentando a eficiência operacional da empresa.

4. Redução de Custos:

- Economizar com papel, envio de documentos físicos e armazenamento físico, adotando práticas digitais sustentáveis.

5. Acesso a Serviços Específicos:

- Habilitar a empresa para acessar sistemas governamentais específicos com segurança, como sistemas de licitação eletrônica.

Considerações Adicionais

- **Validade Jurídica:** Tanto os certificados A1 quanto os A3 asseguram a validade jurídica das assinaturas digitais, equiparando-as às assinaturas manuscritas.
- **Flexibilidade e Mobilidade:** O certificado A1, por ser digital, pode ser utilizado em diferentes dispositivos e locais, enquanto o A3, armazenado em dispositivos físicos, oferece maior segurança.

Esses objetivos mostram como os certificados digitais A1 e A3 podem agregar valor tanto para indivíduos quanto para empresas, promovendo segurança, eficiência e conformidade em suas operações eletrônicas.

7. INDICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.364.401.2.2334 – Gestão e Manutenção das Atividades Administrativas da AESGA

3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

99 – Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Conforme informação da Secretaria de Finanças, o subelemento descrito acima é para efeito de classificação da despesa, sendo destinado o controle e fracionamento o departamento competente, nos termos do Boletim CGM N° 012/2021.

Handwritten signature: V. Camêlo



8. ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS DOS BENS/SERVIÇOS/OBRA A SEREM CONTRATADOS (EM CASO DE VÁRIOS ITENS OU ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS, ANEXAR PLANILHA)

ITEM	SERVIÇO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Emissão de certificado digital A1 e-CPF (1 ano)	UND	15	R\$160,00	R\$2.400,00
	Emissão de certificado digital A3 e-CPF com token (3 anos)	UND	2	R\$300,00	R\$600,00
	Emissão de certificado digital A3 e-CPF sem token, apenas o certificado (3 anos)	UND	3	R\$167,26	R\$501,78
	Emissão de certificado digital A1 e-CNPJ (1 ano)	UND	1	R\$189,00	R\$189,00
	Emissão de certificado digital A3 e-CNPJ com token (3 anos)	UND	1	R\$420,00	R\$420,00

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$4.110,78

O valor acima estimado foi auferido pelo setor requisitante, se utilizando do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do Art. 23, Inciso I, § 1º, da Lei Federal 14.133/2021 e Art. 7º § 1º e Art. 26 do Decreto Municipal Nº 049/2023.

9. PREVISÃO DE INÍCIO E TÉRMINO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Contrato.

10. A PRESENTE CONTRATAÇÃO ENCONTRA-SE PREVISTA NO PCA 2025?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

11. AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Autorizo a abertura do processo de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Garanhuns – PE, 11 de fevereiro de 2025.



Adriana Pereira Dantas Carvalho
Presidente da AESGA